

# BLOCO NO PODER E A POLÍTICA DE DESESTATIZAÇÃO DO SETOR PETROQUÍMICO NO PERÍODO DE 1995-2002

BLOCK IN POWER AND THE PETROCHEMICAL SECTOR PRIVATIZATION POLICY IN THE PERIOD OF 1995-2002

Layne Mariela De Souza Santos Cordeiro<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0009-0006-7796-7940>

Ana Maria Rita Milani<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-2842-381X>

## RESUMO

A década de 1990 marca a ascensão da ideologia neoliberal e a reconfiguração de um bloco no poder no Estado brasileiro sob a hegemonia do capital financeiro. Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre o bloco no poder e as privatizações executadas no âmbito do setor petroquímico durante os anos de 1995 e 2002. Serão apresentados os principais conceitos acerca do papel do bloco no poder em um Estado capitalista em uma economia neoliberal, além de uma caracterização da composição do bloco no poder vigente no governo de Fernando Henrique Cardoso. Através de uma análise dos dados do Programa Nacional de Desestatização (PND) referentes às empresas e as frações capitalistas compradoras das empresas estatais, busca-se a identificação das frações do bloco no poder vigente que foram diretamente beneficiadas por esta política. Pelos resultados obtidos, podemos concluir que a grande burguesia industrial nacional foi a fração de classe burguesa integrante do bloco que se apropriou do patrimônio público através das privatizações no setor petroquímico realizadas através do PND.

**Palavras-chave:** Bloco no poder; Privatizações; Setor petroquímico.

1 Graduação em Economia pela Universidade Federal de Alagoas (2019). Mestrado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Alagoas (2022). E-mail: layne\_mariela@hotmail.com.

2 Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Prof. Associada da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal de Alagoas (FEAC – UFAL). E-mail: anamilan16@hotmail.com.

## ABSTRACT

The 1990s mark the rise of neoliberal ideology and the configuration of a power bloc in the Brazilian state under the hegemony of financial capital. This work aims to analyze the relationship between the power bloc and the privatizations executed within the petrochemical sector during the years 1995 and 2002. The main concepts about the role of the bloc in power in a capitalist state in a neoliberal economy will be presented, in addition to a characterization of the composition of the bloc in power in force under Fernando Henrique Cardoso. Through an analysis of the data of the National Denationalization Program (PND) referring to the companies and capitalist fractions purchasing state enterprises, we seek to identify the fractions of the bloc in the current power that were directly benefited by this policy. From the results obtained, we can conclude that the great national industrial bourgeoisie was the bourgeois class fraction that is part of the block that appropriates itself or public assets through privatizations in the petrochemical sector carried out through the PND.

**Keywords:** Block in power; Privatization; Petrochemical sector.

## 1 INTRODUÇÃO

Para o cientista político greco-francês Nicos Poulantzas (2019), o Estado capitalista, isto é, as instituições estatais ou a superestrutura jurídico-política dele, existe para conservar as relações de dominação da classe burguesa perante a classe operária. Além disso, o autor defende que, no interior do Estado, pode ser observada uma relação específica entre as classes ou frações burguesas que têm os seus interesses políticos atendidos por esse Estado, denominada como bloco no poder. O bloco no poder, apesar de reunir diferentes classes ou frações com interesses diversos e às vezes contraditórios, ainda mantém uma unidade, um mesmo interesse quando o assunto é o Estado: garantir a manutenção do regime de propriedade privada e das condições de exploração do trabalho assalariado. Poulantzas ressalta nesse trabalho que, além de entender os objetivos e a forma de atuação do Estado capitalista, é necessário examinar a maneira como as relações entre as classes se desenvolvem no interior do aparelho estatal, visto que estas relações de dominância terão reflexos nas políticas executadas.

Armando Boito Jr. (2007), cientista político brasileiro, afirma que ao se trabalhar com o conceito de bloco no poder é necessário, primeiramente, identificar as frações da classe dominante que agem como força social distinta em uma dada conjuntura, isto é, os interesses econômicos setoriais burgueses que ensejam, diante da política de Estado, a formação de grupos diferenciados que perseguem, no processo político, objetivos próprios. Além disso, é exigido do pesquisador o esclarecimento sobre quais interesses das frações dominantes são priorizados pela política econômica do Estado e quais são relegados a um plano secundário. A localização dos interesses efetivamente priorizados pela política do Estado indica qual é a fração hegemônica no interior do bloco no poder.

Uma análise contemporânea do Estado capitalista e do bloco no poder necessita levar em consideração as mudanças que ocorreram na economia com o avanço do neoliberalismo. De acordo com Filgueiras (2017), desde a década de 1990 o Brasil segue o padrão de desenvolvimento capitalista liberal-periférico caracterizado por uma maior assimetria na relação capital/trabalho em favor do capital, pela posição dominante do capital financeiro (nacional e internacional) no processo de acumulação e pela maior fragilidade financeira. Em relação ao Estado, observa-se que o cenário atual é marcado pela perda de autonomia estatal em operar as políticas econômicas e pela constituição de um novo bloco no poder sob a hegemonia do capital financeiro.

No limiar do século XX, a hegemonia do neoliberalismo tanto no campo das ideias quanto no aspecto produtivo e financeiro se concretizava no Consenso de Washington e no decálogo de Williamson, que orientariam a política econômica nos anos seguintes. Com base nesse decálogo, a região adentra o modelo de ajuste estrutural com novas configurações políticas, econômicas e sociais que transformariam as ações do Estado, fundamentalmente através do conceito de Estado mínimo e as privatizações, sendo praticadas e debatidas até a atualidade. O Programa Nacional de Desestatização (PND) foi criado em 1990 pela lei n. 8.031/90 e até o ano de 2014, segundo dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2015), foram inseridas no programa 99 estatais em âmbito federal, sendo que 41 destas ocorreram durante os anos de governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)<sup>3</sup>.

Visto que a política de privatização é uma das políticas estatais mais importantes dos últimos anos devido a seu impacto no desenvolvimento econômico brasileiro<sup>4</sup>, este artigo busca contribuir para uma análise mais abrangente das políticas econômicas implementadas pelo Estado brasileiro ao levar em consideração as disputas entre as frações de classe existentes dentro do aparelho estatal. Além disso, busca-se demonstrar que a política de privatização do Estado brasileiro, assim como outras, não é algo meramente técnico ou autônomo em relação às classes sociais: ela é influenciada pelos interesses da fração dominante dentro do bloco no poder e é permeada pela contradição entre as frações de classe.

3 Este quantitativo inclui empresas controladas, participações minoritárias, concessões e arrendamentos. <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/Privatizacao-Federais-PND>> Acesso em 25 de março de 2023.

4 Como salientava Brandão (2017) Inserir nas referências, o nacional desenvolvimentismo foi marcado pela configuração de uma forma específica de Estado caracterizada pelo intervencionismo econômico e pelo atendimento de determinados direitos básicos dos trabalhadores (educação, saúde, assistência e previdência social), além da política de pleno emprego e redistribuição da renda, que permitiu gerar uma institucionalidade que favorecia o desenvolvimento de um regime de acumulação e um modo de produção específico.

A metodologia escolhida tem um caráter qualitativo e exploratório e será desenvolvida a partir das informações sobre os adquirentes das ações das estatais controladas pela União do setor petroquímico privatizadas durante os anos de 1995 a 2010 fornecidos pelo Relatório do Programa Nacional de Desestatizações (2015) elaborado pelo BNDES, além de artigos acadêmicos e jornalísticos. As empresas que possuíam participação acionária nas estatais analisadas antes e/ou após a realização dos leilões de privatização foram classificadas em Grande burguesia bancária, Grande burguesia industrial nacional e Grande burguesia industrial internacional. No total serão analisadas 12 estatais do setor petroquímico, setor industrial que foi escolhido levando-se em consideração o quantitativo de estatais do setor privatizadas, o resultado das vendas e a importância dele na economia.

Além desta introdução, na primeira seção, serão expostos os conceitos de fração de classe e de bloco no poder desenvolvidos por Nicos Poulantzas (2019) em *Poder Política e Classes Sociais*, texto que será usado como base teórica para o estudo desenvolvido nas seções seguintes. A segunda seção apresentará a conjuntura econômica e política dos dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso durante o período de 1995 a 2002. Na terceira seção, será realizada uma análise dos dados do Programa Nacional de Desestatização referentes às empresas e as frações capitalistas compradoras das empresas estatais do setor petroquímico nos governos de Fernando Henrique Cardoso. Por fim, as considerações finais.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA: POULANTZAS E O BLOCO NO PODER

Nesta seção, tentaremos abordar a análise do funcionamento do Estado em uma economia capitalista, entendendo como se comportam as instituições que compõem o aparelho estatal e as relações que surgem entre as classes. Como forma de explicar o relacionamento entre as diferentes frações de classe burguesa em disputa no interior do Estado, Nicos Poulantzas (2019), em *Poder político e classes sociais*, descreve o funcionamento da superestrutura jurídico-política que forma o Estado capitalista e elabora o conceito de bloco no poder. Segundo esse autor, diferentemente dos Estados feudal e absolutista, em que as instituições estatais serviam para justificar ou legitimar a dominação econômica e política da classe dominante, no Estado capitalista, ao mesmo tempo em que a sua estrutura serve para organizar a dominação da classe dominante, ela também se mostra como um véu para a dominação da classe burguesa. O Estado se apresenta como o representante de todos os cidadãos e defende os interesses de forma igualitária.

O traço distintivo fundamental, a esse respeito, parece consistir na ausência da determinação de sujeitos, estabelecidos nesse Estado como “indivíduos”, “cidadãos”, “pessoas políticas”, enquanto *agentes da produção*, o que não ocorria nos outros tipos de Estado. Esse Estado de classe, apresenta, conjuntamente, a especificidade de a dominação política de classes estar constantemente ausente de suas instituições. Esse Estado se apresenta como um “Estado-popular-de-classe”. Suas instituições estão organizadas em torno dos princípios de liberdade e igualdade dos “indivíduos” ou “pessoas políticas” (Poulantzas, 2019, p. 123).

Porém, na prática, o Estado atua por meio da sua estrutura jurídico-política para impedir o surgimento do conflito político de classes e para manter as condições de existência e de funcionamento de um modo de produção e de uma formação social. “O Estado impede, digamos assim, a deflagração do conflito político de classe na medida em que esse conflito *reflete* – e não numa relação entre fenômeno e essência – a unidade de uma formação. O Estado impede a destruição de uma formação social” (Poulantzas, 2019, p. 50).

A superestrutura jurídico-política do Estado capitalista a que se refere o autor é formada pelos valores jurídicos capitalistas (direito capitalista) e pelos valores burocráticos capitalistas (burocratismo). A partir da estrutura jurídico-política, o Estado produz, predominantemente, dois efeitos ideológicos sobre a classe dominada: os efeitos de isolamento e de representação da unidade. O primeiro efeito surge do fato de o direito capitalista tratar todos os indivíduos, sejam eles proprietários dos meios de produção ou trabalhadores, como sujeitos jurídicos de pleno direito e iguais perante a lei. Esta concepção retira dos trabalhadores a determinação econômica e conseqüentemente o pertencimento de classe, e garante uma forma de poder baseado no “consentimento” das classes dominadas.

O segundo efeito, de representação da unidade, manifesta-se a partir do burocratismo que possibilita que o Estado seja nomeado como o representante dos interesses de toda a sociedade, de todos os indivíduos, independentemente de sua classe social. Todos os indivíduos têm formalmente a possibilidade de participar das práticas funcionais do Estado que regulam e enquadram as práticas econômicas e as relações sociais por ela condicionadas. Além disso, a hierarquização existente não se mostra como uma subordinação de uns homens sobre outros, mas sim como uma gradação das competências exigidas pelas diferentes tarefas integrantes de uma atividade social específica (Saes, 1998).

Apesar de ser a instituição que organiza os interesses da classe burguesa, o Estado não deve ser entendido como um simples instrumento desta classe. Segundo Boito Jr. (2020), o Estado capitalista, em Poulantzas (2019), possui uma autonomia relativa em relação às classes ou frações do bloco no poder. O Estado é simultaneamente arena e ator no conflito de classes, sendo arena porque é considerado o centro de poder político das classes dominantes, local onde as frações disputam a hegemonia dentro do bloco no poder, e ator porque através da estrutura jurídico-política atuará para manter as relações sociais existentes.

Além disso, Perissinotto e Codato (2010) afirmam ainda que não se deve confundir o interesse geral da classe burguesa: a manutenção do sistema capitalista, com os interesses egoístas dos membros da classe. O Estado será o responsável por garantir a realização do interesse geral e a reprodução do sistema, mesmo que isso venha a contrariar os interesses imediatos dos membros particulares da classe dos capitalistas. A partir dessa autonomia relativa em relação às frações de classe do bloco no poder, o Estado capitalista não se resume ao condicionamento ideológico, pois, na prática, a sua estrutura institucional obriga a classe dominante a fazer concessões para manter a estabilidade e, assim, permite

que no curto prazo, alguns interesses econômicos das classes dominadas sejam atendidos, desde que não interfiram no seu poder político ou alterem o aparelho estatal. Como o Estado representa não diretamente os interesses econômicos dessas classes, mas, sim, seus interesses políticos, mesmo as políticas econômicas e sociais que parecem contrárias aos interesses econômicos das classes dominantes na realidade estão atendendo aos interesses políticos de longo prazo e garantindo a continuação de sua dominação hegemônica. Dessa forma, nesse tipo de Estado, o poder político se apresenta fundamentado no que Poulantzas denominou como equilíbrio instável de compromisso entre as diferentes classes sociais:

Dupla característica, então, do Estado capitalista: por um lado, sua autonomia no tocante ao econômico implica a possibilidade, segundo a relação concreta das forças, de uma política “social”, de sacrifícios econômicos em benefício de certas classes dominadas; por outro lado é essa autonomia do poder político institucionalizado que permite cercear o poder econômico das classes dominantes sem jamais ameaçar seu poder político (Poulantzas, 2019, p. 196).

A atuação do Estado como arena, ou seja, centro do exercício do poder político, local onde ocorrem disputas e conflitos entre diferentes classes sociais relaciona-se ao fato de que, segundo Poulantzas (2019), uma formação social é constituída por vários modos de produção, o que implica a coexistência de várias frações de classe, dentro da classe dominante. A partir disso, o autor defende a relevância de se analisar o funcionamento das práticas políticas das classes ou frações dominantes que ocorrem dentro do Estado capitalista e desenvolve o conceito de bloco no poder.

Ao tratar das frações existentes no interior da classe burguesa em *Poder político e classes sociais*, Poulantzas (2019) cita as frações comerciais, industriais e financeiras. Já em *Classes sociais no capitalismo de hoje* (Poulantzas, 1975), o autor aprofunda esse tema ao analisar a relação das classes sociais e dos Estados nacionais com as metrópoles imperialistas em um capitalismo em sua fase monopolista-imperialista. Para isso desenvolve os conceitos de burguesia nacional, burguesia compradora e burguesia interna ou interior:

A burguesia nacional pode ser interpretada como uma fração autóctone que a partir de certo tipo e grau de contradições com o capital imperialista estrangeiro ocupa um lugar relativamente autônomo, apresentando assim uma unidade própria; ela é suscetível a adotar certo tipo de aliança com as massas populares em conjunturas determinadas de luta anti-imperialista e de liberação nacional;

A burguesia compradora não tem base própria de acumulação de capital e age como uma “intermediária” do capital imperialista estrangeiro;

A burguesia interna ou interior se caracteriza pela dependência com processos de divisão internacional do trabalho e de concentração internacional do capital sob a dominação do capital estadunidense.

Décio Saes (2015), em seu texto *As frações da classe dominante no capitalismo: Uma reflexão teórica*, apresenta os diferentes sistemas de fracionamento da classe dominante desenvolvidos por Poulantzas. O Quadro 1, a seguir, sintetiza os conceitos apresentados:

**Quadro 1 – Sistema de fracionamento elaborado por Poulantzas**

<b>Modo de fracionamento</b>	<b>Frações do capital</b>	<b>Características</b>
Funções do capital	Bancário	A ampliação dos ganhos ocorre através da elevação da taxa de juros (remuneração dos empréstimos em dinheiro).
	Industrial	A ampliação dos ganhos ocorre através da elevação da margem de lucro industrial.
	Comercial	A ampliação dos ganhos ocorre na fase de comercialização (lucro comercial).
Escala do capital	Médio	Empresas capitalistas que operam com quantidades médias de mão de obra, volumes de capital e tecnologia.
	Grande	Empresas capitalistas que operam com grandes quantidades de mão de obra, volumes de capital e tecnologia.
Modo de inserção no sistema econômico capitalista internacional	Burguesia compradora	Segmento do capital que se associa ao capital estrangeiro e defende internamente os seus interesses.
	Burguesia nacional	Segmento do capital composto pelos capitalistas voltados para a exploração do mercado interno.
	Burguesia interna	Segmento do capital composto por grupos que ocupam uma posição dependente dentro do sistema econômico capitalista internacional, subordinando-se ao capital estrangeiro, de uma ou outra forma.

Fonte: Elaboração própria com base em Saes (2015).

Poulantzas (2019) descreve ainda que uma característica do Estado capitalista é que não se observa uma “dominação exclusiva” de uma classe ou fração, mas sim o estabelecimento de um bloco no poder que reúne diferentes classes ou frações dominantes. Assim, o conceito de “bloco no poder” sintetiza a ideia de que apesar de existirem diferentes frações com interesses diversos e às vezes contraditórios no interior do Estado, este ainda mantém uma unidade, um mesmo interesse, que é garantir a manutenção do regime de propriedade privada e das condições de exploração do trabalho assalariado. As frações burguesas presentes dentro do bloco no poder, com diferentes interesses econômicos no curto e médio prazo, disputam a posição hegemônica e buscam aumentar a influência dentro dos centros de poder do Estado para que as políticas econômicas do governo atendam a estes interesses. Nesse sentido, Pinto e Balanco (2014) ressaltam que as políticas estatais podem ser consideradas reflexos das disputas entre as frações do bloco no poder em momentos históricos e espaciais determinados:

Deste modo, as políticas estatais tendem a expressar, por sua vez, os movimentos contraditórios que se desenvolvem no aparelho de estado e que são fruto de determinada conjuntura das forças sociais no bloco no poder. A política pública, em especial a econômica, portanto, não pode ser apreendida apenas pela ideia de que ela é configurada como um desenho de especialistas ou como um campo neutro, destituído, à moda positivista, de qualquer juízo de valor. Na verdade, o enfoque defendido aqui é que a política pública, mesmo parecendo caótica e

contraditória no curto prazo, é originária da interação e dos conflitos de um processo decisório que expressa, no longo prazo (aqui entendido como equivalente ao nível abstrato-formal), um interesse hegemônico da fração dominante no bloco no poder (Pinto; Balanco, 2014, p. 53).

De acordo com Poulantzas (2019), o conceito de bloco no poder não está diretamente relacionado à cena política. Enquanto o bloco no poder se refere ao campo das práticas políticas das classes dominantes, a cena política corresponde ao lugar onde a luta das forças sociais é organizada em partidos políticos. Dessa maneira, a representação partidária de uma classe, ou seja, sua ausência ou presença na cena política, não significa que ela faça ou não parte do bloco no poder. No processo político, existem classes ou frações politicamente dominantes que fazem parte do bloco no poder. Assim o autor argumenta:

O bloco no poder de um estágio estabelece os limites das diversas relações partidárias que marcam o ritmo desse estágio na cena política: essas relações correspondem a uma forma de regime, ela própria situada dentro dos limites estabelecidos pela forma de Estado correspondente ao bloco no poder. O bloco no poder, e as relações que este determina entre as classes e frações dominantes, serve assim para localizar e decifrar a significação real (de classe) das relações propriamente partidárias no interior de um estágio, para decifrar, então, sua defasagem com as relações políticas de classe (Poulantzas, 2019, p. 235).

Em síntese, a obra de Poulantzas traz uma contribuição inovadora para os estudos sobre o papel do Estado na economia capitalista. O autor demonstra a importância das instituições criadas e administradas pelo Estado para o desenvolvimento da economia capitalista, sem deixar de lado a complexidade dos conflitos entre as classes sociais que disputam o poder. Dessa forma, através dos conceitos de superestrutura jurídico-política e bloco no poder é possível a realização de uma análise mais completa das políticas econômicas e sociais praticadas pelo Estado.

### **3 O ESTADO E O BLOCO NO PODER NO BRASIL AO LONGO DOS GOVERNOS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - 1995-2002**

Ao longo da década de 1990 o Brasil passou por profundas transformações no que se relaciona com o papel do Estado, concomitantemente ao esgotamento do modelo desenvolvimentista e a ascensão do modelo neoliberal, surgindo alterações no bloco no poder vigente e mudanças nas orientações das políticas executadas. Além dos problemas causados pela alta inflação e pela crise fiscal durante a década de 1980, autores como Sallum (1999), Maciel (2011) e Ianoni (2009) afirmam que a partir dos anos 1980 o Brasil enfrentou uma crise de hegemonia burguesa no interior do Estado brasileiro, que pode ser relacionada com o esgotamento do modelo desenvolvimentista.

Para Maciel (2011), a crise de hegemonia burguesa se iniciou em 1987 tendo como foco a crise do padrão de acumulação capitalista centrado no Estado desenvolvimentista, baseada numa aliança



político-social entre as frações estatal, privada nacional e estrangeira do capital monopolista. Esse autor sustenta que no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) se implantou o projeto neoliberal, o qual vinha se expandindo mundialmente como elemento condutor da ação governamental em todas as suas esferas, apresentando-se como uma alternativa no interior do bloco no poder.

Nesse sentido, Saad Filho (2015), ao analisar o neoliberalismo, ressalta que este não deve ser resumido a um conjunto de políticas e instituições baseadas nas Escolas Austríaca e de Chicago, pois poderia se interpretar que ele não é algo sistêmico. O autor acredita que apesar das dificuldades de conceituação, o neoliberalismo pode ser analisado como um sistema de acumulação, uma estrutura material de reprodução econômica, social e política, que caracteriza o capitalismo contemporâneo. Assim, salienta que:

Em essência, o neoliberalismo é baseado no uso sistemático do poder do Estado, sob o véu ideológico da ‘não intervenção’, para impor um projeto hegemônico de recomposição da ordem capitalista em cinco níveis: a alocação de recursos domésticos, a integração econômica internacional, a reprodução do Estado, a ideologia e a reprodução da classe trabalhadora (Saad Filho, 2011, p. 6).

Além da defesa da separação entre Estado e mercado, supondo que este último é eficiente na alocação de recursos, conforme Saad Filho (2015), estão entre os princípios neoliberais: a crença de que a participação em uma economia globalizada com a liberalização das finanças levaria ao crescimento econômico; o pressuposto de que a estabilidade macroeconômica e o crescimento do produto dependem de uma baixa inflação e por último, a percepção de que a operação das principais políticas macroeconômicas neoliberais, como a “liberalização” do comércio, dos mercados financeiros e de trabalho, as metas de inflação, a independência do Banco Central, o câmbio flutuante e as regras orçamentais restritivas, está condicionada à oferta de garantias estatais potencialmente ilimitadas para o sistema financeiro.

Essas características do neoliberalismo apresentadas por Saad Filho podem ser relacionadas com a análise do trabalho de Poulantzas (2019) realizada por Pinto e Balanco (2014), que enfatiza a separação entre Estado e mercados como uma forma de representar os interesses das classes dominantes que fazem parte do bloco no poder:

Ao analisar a sociedade capitalista, Poulantzas (1985) observa que, dada a separação entre as estruturas econômicas e o Estado, decorrente do isolamento e da desapropriação dos produtores diretos dos seus meios de produção, fez-se necessário promover a ideologia capitalista que apregoa a igualdade dos indivíduos na vida política como elemento de manutenção do *status quo*. Fixadas as desigualdades das relações econômicas com a maior concentração e centralização de capital, a ideologia capitalista alçou o conceito de democracia formal, no nível político, como pré-condição necessária do capitalismo, já que nessa dimensão, incluindo o aparelho jurídico, todos os membros da sociedade são iguais (uma cabeça um voto). Neste contexto, o Estado “deve ‘parecer’ autônomo e neutro, enquanto ao mesmo tempo, mantém as classes dominadas divididas e representa os interesses do bloco no poder das classes dominantes” (Pinto; Balanco, 2014, p. 51).

Segundo Diniz (2010), nos anos de 1980 e 1990 houve uma inflexão na trajetória do capitalismo brasileiro: os empresários brasileiros, fração de classe dominante durante a década de 1980, param de apoiar o modelo nacional-desenvolvimentista em que a industrialização era baseada em três pilares: Estado forte e protecionista, planejamento econômico para o desenvolvimento e corporativismo estatal de articulação entre empresários e Estado. Observou-se na década de 1990 um consenso entre os empresários em torno da postura neoliberal.

Porém, mesmo com este relativo consenso entre os empresários em torno da postura neoliberal, Sallum (1999) afirma que o governo Collor não conseguiu solucionar a crise de hegemonia e a instabilidade econômica instauradas no país devido ao fato de que a economia brasileira, altamente dependente dos investimentos estrangeiros, enfrentou dificuldades quando estes cessaram após a crise fiscal. A enorme pressão política dos norte-americanos para a realização da “liberalização econômica” e a considerável presença no espaço público nacional de movimentos sociais, organizações populares, de classe média e de empresários reduziu o raio de manobra que tinham os dirigentes do Estado para definir saídas para a crise “de cima para baixo”. A alternativa escolhida por Fernando Collor (1990-1992) nessa situação foi restaurar autocraticamente a estabilidade da moeda com a política de congelamento de preços e confisco de aplicações financeiras em uma sociedade que avançava para a democratização, sujeitar as organizações tradicionais de representação empresarial a ataques verbais sistemáticos, reduzir as despesas do Estado ao desorganizar a administração pública com dispensas arbitrárias e em massa de funcionários, e tentar fragilizar organizações operárias que se opunham incentivando organizações alternativas ligadas ao governo. Além disto, Boito Jr (2012) salienta que o governo Collor não foi bem-sucedido em contornar os conflitos no interior do bloco no poder, pois, o que viria a se tornar a burguesia interna, os grandes industriais e o agronegócio, mantinha uma relação contraditória com o programa neoliberal do governo Collor.

Dessa forma, para Ribeiro (2020) a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1994 representou para os empresários brasileiros uma possibilidade de superação da crise de representação ou crise de hegemonia das classes dominantes que se iniciou na década de 1980. A falta de articulação entre as diferentes frações do capital, o medo da vitória do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva e a insatisfação com o governo Collor estão entre as razões que fizeram com que houvesse uma unidade entre as diversas frações burguesas em torno do voto no candidato Fernando Henrique Cardoso na eleição que deu início ao seu primeiro mandato como presidente. Além disso, Fernando Henrique Cardoso já fazia parte do governo de Itamar Franco como Ministro da Fazenda, implementando um plano de erradicação da inflação, o qual faz uma reforma monetária com uma nova moeda chamada “real”. Fernando Henrique usou o êxito do Plano Real para lançar sua bem sucedida campanha à Presidência da República no final de 1994

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) inicia-se tendo de enfrentar duas questões principais, não solucionadas pelo governo anterior: manter o controle da inflação e os conflitos entre as frações de classe burguesa do bloco no poder acerca do

programa neoliberal. Na tentativa de resolver a questão inflacionária, a crise do Estado desenvolvimentista e a crise fiscal, Fernando Henrique Cardoso deu continuidade em seu mandato ao plano de estabilização que foi criado quando este ainda era Ministro da Economia do governo Itamar Franco.

De acordo com Filgueiras e Gonçalves (2007), o Plano Real não foi apenas mais um plano de estabilização monetária: “Mais do que isso, ele representou uma estratégia de combate à inflação cuja concepção e implementação teve como componente fundamental as ‘reformas’ estruturais de caráter liberal, além da mudança do padrão monetário do país e de uma política macroeconômica de câmbio (quase) fixo” (Filgueiras; Gonçalves, 2007, p. 97). Segundo Ianoni (2009), além de controlar a inflação, o Plano Real desempenhou um importante papel no processo de reconstrução da estrutura de poder do Estado brasileiro. Segundo o autor, o Plano Real, ao se tornar o carro-chefe de um programa de políticas formuladas e implementadas para materializar um projeto alternativo e estratégico de reconstrução do poder, conseguiu abranger as quatro dimensões da crise do Estado desenvolvimentista: macroeconômica, sociopolítica, ideológica e político-institucional.

Para Ribeiro (2020), o governo de Fernando Henrique Cardoso conseguiu promover a hegemonia do capital financeiro sobre o conjunto da burguesia através do “pacto de classes do Plano Real”. O Plano Real teve apoio do conjunto da burguesia, uma vez que o controle inflacionário obtido possibilitou com que todas as frações da burguesia tivessem assegurados lucros extraordinários, especialmente o capital financeiro. Dessa forma, para a autora, o pacto de classes do Plano Real foi o responsável por consolidar a fração bancário-financeira da burguesia, principal agente do processo de financeirização que marca o capitalismo contemporâneo. Mesmo com a diminuição da pressão inflacionária ao longo da implementação do Plano Real, o desempenho da economia brasileira no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso não apresentou resultados positivos. Em 1998, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022), o Produto Interno Bruto chegou a crescer apenas 0,34% a.a., os investimentos representados pela Formação Bruta de Capital Fixo, tiveram um decréscimo de -0,95% a.a. e as taxas de desemprego se elevaram (o número de pessoas desocupadas passou de 6.057.895 em 1997 para 7.144.591 em 1998), entretanto, a taxa Selic se manteve em patamares elevados, chegando a atingir 24,87% a.a. ao final do período analisado (Banco Central do Brasil, 2022).

O Plano Real teve como principal política de estabilização a “âncora cambial”, com a qual o governo via-se obrigado a lastrear a nova moeda com uma quantidade de reservas internacionais suficientemente capazes de garantir a manutenção da ancoragem. Essa ancoragem inicial estava assegurada pela quantidade de reservas acumuladas no período. A adoção de uma taxa de câmbio fixa impõe certas limitações às autoridades econômicas no manejo da condução da política monetária, isto porque a liquidez do sistema passa a ser determinada endogenamente. Ou seja, toda vez que as condições de financiamento externo mudam ou há ocorrência de crises financeiras internacionais, a economia fica refém das reservas do país que podem exaurirem-se quanto mais longa for a crise, podendo levar o governo até a abandonar a fixação cambial, vez que o governo não

dispõe de um leque de medidas de contenção nem de reservas suficientes. Dessa forma, depois da sucessão de várias crises financeiras internacionais que afetaram a estabilidade da âncora e o Brasil em janeiro de 1999, o Plano Real apresenta sinais de esgotamento e declínio.

Com a adoção do sistema de metas de inflação em 1999, a taxa de juros tornou-se o principal instrumento utilizado para a manutenção da estabilidade monetária, salientando que a mesma constitui o elemento fundamental que estrutura e expressa as relações de classe e de poder no bloco no poder vigente. Assim, Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 180) argumentam: “O domínio da lógica financeira na dinâmica das relações econômico-sociais é o elemento que dá coesão a esse bloco dominante, soldando os interesses dos seus distintos participantes e apoiadores”.

Seguindo a tendência mundial, o capital financeiro, tanto nacional como estrangeiro, também ganha espaço no interior do bloco no poder no Brasil na década de 1990. Boito Jr. (2007), Filgueiras (2006) e Teixeira e Pinto (2012) concordam que a fração de classe hegemônica do bloco no poder no período é o capital financeiro. Este pode ser conceituado como produto da fusão entre o capital bancário e o capital industrial, com a dominação do primeiro (Hilferding, 1985 *apud* Filgueiras, 2006), como fração do capital que se valoriza conservando a forma dinheiro (Chesnais, 1997 *apud* Boito Jr. 2007) ou como o capital que surge a partir da constituição de uma solidariedade de interesses financeiros da comunidade de negócios, que articula o capital industrial e o capital bancário, sem, contudo, haver, necessariamente, uma fusão/integração orgânica (Hobson, 1983 *apud* Filgueiras 2006).

De acordo com Boito Jr. (2007), o grande capital financeiro nacional e internacional pode ser caracterizado como a fração burguesa hegemônica no modelo neoliberal porque ele atende aos interesses dessa fração da burguesia. De acordo com o autor, a partir da década de 1990 as ações do Estado brasileiro buscaram atender, especificamente, os interesses do grande capital financeiro através das seguintes políticas econômicas:

Desregulamentação financeira: com o objetivo de assegurar a livre conversão das moedas e a livre circulação das aplicações em títulos públicos e em bolsas de valores;

Câmbio relativamente estável e livre: permite a conversão e a reconversão das moedas sem sobressaltos ou prejuízo;

Pagamento da dívida pública externa e interna com taxa básica de juro real elevada: com a finalidade de assegurar uma alta remuneração para os títulos públicos detidos, majoritariamente, pelas empresas que têm maior liquidez, isto é, pelo próprio capital financeiro;

*Spread* liberado: em que o capital financeiro tem liberdade para cobrar o máximo possível pelo capital que cede emprestado a capitalistas e consumidores;

Ajuste fiscal: que garanta o pagamento dos juros dos títulos da dívida pública.

Entretanto, há um consenso entre os autores citados (Boito Jr., 2007; Diniz, 2010; Maciel, 2011; Sallum, 1999) que, tanto no governo Collor como no de Fernando Henrique Cardoso, não havia uma unidade entre as frações do bloco no poder acerca das políticas e reformas neoliberais. Porém, segundo Boito Jr. (2007), existe um consenso quando se trata do desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, da “mercadorização” de direitos e de serviços como saúde, educação e previdência. Se por um lado a burguesia industrial sofre com a concorrência estrangeira causada pela abertura comercial, por outro ela se beneficia com a diminuição dos custos em razão da desregulamentação do mercado de trabalho.

Assim, a partir do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, irão surgir conflitos entre o setor financeiro e a grande burguesia industrial interna. Visto que, enquanto as políticas de desregulamentação do mercado de trabalho e de redução de gastos sociais eram apoiadas por todas as frações burguesas, as políticas de abertura comercial e de desregulamentação financeira têm prejudicado a burguesia industrial interna, com os juros elevados e a concorrência estrangeira. De acordo com Diniz (2010), no final dos anos 1990 ocorreu uma mudança na composição do bloco no poder: o empresariado nacional não é mais a fração dominante como era na vigência do modelo desenvolvimentista. Com a predominância do neoliberalismo e suas políticas pró-mercado, esta posição passa a ser ocupada pelo capital financeiro e pela lógica concentradora das grandes corporações transnacionais. Conseqüentemente, não houve uma reação uniforme do empresariado brasileiro no período:

Teve um caráter cíclico, alternando fases de apoio e de questionamento, manifestando-se com maior ou menor intensidade em função de cada conjuntura. Foram frequentes os protestos individuais ou setoriais por parte dos segmentos mais duramente atingidos. No Congresso, ou junto às autoridades governamentais de primeiro e segundo escalão, multiplicaram-se as manifestações de desagrado (Diniz, 2010, p. 107).

Mesmo que não possa ser caracterizada como uma crise de hegemonia, no segundo mandato de FHC houve abalos no interior do bloco no poder. A fração de capital industrial formada por empresários descontentes protestou contra as rígidas políticas neoliberais ortodoxas e as perdas causadas pela crise cambial que diminuía as possibilidades de distribuição dos ganhos financeiros no interior das diferentes frações do capital (Ribeiro, 2020). Nesse sentido, Boito Jr. (2006) também retrata as demonstrações de descontentamento dos industriais durante o governo de Fernando Henrique:

Ao longo da década de 1990, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) desenvolveu várias campanhas de protesto contra a política de juros e a abertura comercial “exagerada” dos governos neoliberais. O ano de 1996 foi particularmente marcado por ações dos industriais contra os juros altos e os *exageros* da abertura comercial. No mês de maio daquele ano, a FIESP e a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) organizaram uma grande manifestação nacional dos industriais em Brasília e a diretoria da FIESP aprovou por unanimidade o apoio da entidade à greve geral de protesto contra o desemprego que estava sendo organizada pela CUT e pela Força Sindical para o mês de junho (Boito Jr., 2006, p. 275).

Porém, esses mesmos empresários do setor industrial que protestavam demandavam também a continuidade da política de privatização, de desregulamentação do mercado de trabalho e de redução dos direitos sociais. Assim, Boito Jr. salienta: “Durante os dois mandatos de FHC, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a cada novo aperto nos juros e na concorrência externa, solicitava, como uma espécie de compensação, novas privatizações e novos cortes nos direitos sociais e trabalhistas” (Boito Jr., 2006, p. 275).

Como mencionado anteriormente, no segundo mandato de FHC, manteve-se como principal objetivo a estabilidade macroeconômica, com o instrumento do regime de metas de inflação. Entre 1999 e 2002, a economia cresceu em uma trajetória *stop and go*, ou seja, as taxas de crescimento do PIB apresentaram um comportamento de altos e baixos; a taxa Selic continua elevada, o investimento e o desemprego têm indicadores ainda piores do que no período anterior. Em relação ao desempenho dos indicadores de vulnerabilidade externa comparados aos quatro anos anteriores, observa-se que entre 1999 e 2002 houve sucessivas crises no balanço de pagamentos. Houve uma contínua diminuição das reservas internacionais, um aumento da dívida externa, que atingiu 32,7% do PIB em 2002, assim como a porcentagem da dívida destinada para pagamento de juros (Banco Central do Brasil, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

Para Boito Jr. (2006), apesar dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso priorizarem o interesse da grande burguesia compradora e do capital financeiro internacional, no primeiro mandato FHC adotou uma postura ofensiva em relação à implementação das políticas neoliberais, já no segundo mandato o que se observou foi uma postura defensiva em relação às mesmas. No segundo mandato, além do fim da âncora cambial e da desvalorização do real, houve a redução das privatizações das estatais. De acordo com BNDES (2015), entre 1995-1998 foram inseridas no Programa Nacional de Desestatizações (PND) 30 empresas (dos setores petroquímico, de energia elétrica, ferroviário, portuário, de mineração, financeiro e informática) enquanto que no período de 1999-2002 este número caiu para 5.

A análise da trajetória das políticas econômicas no período leva à conclusão de que houve a consolidação do modelo liberal periférico. Além disso, conclui-se que o Estado através de suas instituições, especialmente o Banco Central (responsável pela definição da taxa de juros), atuou de forma direta em benefício da fração de classe formada pelo capital financeiro internacional, tornando-se dominante perante as demais frações componentes do bloco no poder. Nesse sentido, Filgueiras enfatiza: “O crescimento acelerado da dívida pública, juntamente com a livre mobilidade dos fluxos de capitais, é parte central da subordinação da política macroeconômica aos interesses do capital financeiro, ao mesmo tempo em que redefiniu a presença dos interesses das distintas classes e frações de classe no interior do Estado” (Filgueiras, 2006, p. 195). Com a adoção do modelo neoliberal no Brasil, o Estado retira-se dos setores estratégicos da atividade econômica, perde a sua autonomia de realizar a política econômica e a sua capacidade de planejar, regular e induzir o sistema econômico para favorecer os interesses das frações da classe burguesa que formam o bloco no poder.

## **4 BLOCO NO PODER E A PRIVATIZAÇÃO DO SETOR PETROQUÍMICO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1995-2002**

A privatização das empresas estatais foi consolidada como uma das principais políticas públicas de inspiração neoliberal executada no Brasil com a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND) em 1990 pela lei nº. 8.031/1990 (Brasil, 1990). Com a justificativa de que os setores produtivos em que as estatais atuavam já haviam alcançado maturidade e não eram mais considerados setores estratégicos para o desenvolvimento econômico, o PND teria como finalidade transferir à iniciativa privada atividades exploradas pelo setor público (BNDES, 1991).

Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (2022), no período de 1990-2015 o PND obteve uma receita equivalente a US\$ 54,5 bilhões com a venda de empresas e com a alienação de participações minoritárias. Esse valor, acrescido do valor da dívida transferida ao setor privado, de cerca de US\$ 9,2 bilhões, representa um resultado total para o PND da ordem de US\$ 63,7 bilhões. No relatório do BNDES (2015), no período de 1995 a 2002 foram privatizadas pelo PND estatais de suma importância para o desenvolvimento econômico, sendo doze do setor petroquímico, sete do setor ferroviário, sete do setor portuário, quatro do setor financeiro, três do setor elétrico, uma do setor de informática e uma do setor de mineração, além de outras. As maiores receitas do período foram obtidas com as vendas do Banco do Estado de São Paulo S.A. Banespa (financeiro), Companhia Vale do Rio Doce CVRD (mineração) e Light (energia elétrica), que foram vendidas por US\$ 3.604,3 milhões, US\$ 3.299,3 milhões e US\$ 2.508,5 milhões, respectivamente (BNDES, 2015).

Nos anos do primeiro mandato de FHC (1995-1998) foram inseridas no programa de desestatização 30 estatais (dos setores petroquímico, de energia elétrica, ferroviário, portuário, de mineração, financeiro e informática), já no segundo mandato (1999-2002) o ritmo diminuiu, apenas 5 foram privatizadas nos setores citados. No primeiro mandato a expansão das privatizações foi fundamental para o Plano Real e sua estratégia de estabilização. Juntamente com as altas taxas de juros, as privatizações foram responsáveis por atrair o grande volume de capitais estrangeiros e recompor as reservas cambiais necessárias para a manutenção da âncora cambial e, conseqüentemente, da inflação (Paulino, 2010).

Além disso, Diniz (2010) e Boito Jr. (2007) destacam que a política tinha apoio da classe burguesa, com intensa participação das empresas nacionais e do capital estrangeiro no processo de privatização e na compra das empresas estatais brasileiras. Segundo Diniz (2010), muitos industriais se beneficiaram das políticas neoliberais dos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, especialmente das oportunidades abertas pelas privatizações. Por exemplo, o grupo Vicunha, o qual tradicionalmente atuava nos setores têxtil e de vestuário e, por meio dos leilões das empresas estatais, assumiu o controle de portos, ferrovias, energia e mineração. Já de acordo com Boito Jr. (2007), a política de privatização

favoreceu grandes empresas monopolistas e o imperialismo, marginalizando o pequeno e o médio capital. A crise cambial de 1999 e o aumento da insatisfação em setores do movimento popular e da burguesia industrial fez com que, no segundo mandato, Fernando Henrique Cardoso reduzisse o avanço das reformas neoliberais. Além do fim da âncora cambial e da desvalorização do real que estimulou o aumento das exportações, em seu segundo mandato houve a redução das privatizações das estatais.

A seguir será apresentado um levantamento das empresas compradoras das estatais do setor petroquímico com o objetivo de analisar quais as frações do bloco no poder tiveram os seus interesses atendidos e foram beneficiados diretamente pela política do PND durante o período de 1995 a 2002. O setor petroquímico foi escolhido para realizar este estudo devido ao quantitativo de estatais do setor privatizadas e à sua importância na economia.

A Tabela 1 apresenta as alterações que ocorreram na estrutura do capital votante antes e depois da venda das doze estatais do setor petroquímico sob controle direto ou indireto da União privatizadas no período de 1995 a 2002. A Copene, privatizada em 15 de agosto de 1995, teve como principal adquirente a Norquisa, empresa formada pela associação de outras 13 que utilizavam a matéria-prima básica produzida por ela. Um dos principais acionistas da Norquisa era o grupo Econômico, cuja empresa líder era o Banco Econômico. Os principais acionistas das empresas que formavam a Norquisa eram os grupos Econômico, Odebrecht, Mariani, Ultra, Suzano Rhodia e Dow Química. O Econômico participa da associação por meio das empresas Petronor e Politeno, que juntas detinham 31% do capital da Norquisa.<sup>5</sup>

A Companhia Petroquímica de Camaçari (CPC) foi vendida em leilão realizado no dia 29 de setembro de 1995 e a maioria das ações foram adquiridas pela Empresas Petroquímicas do Brasil (EPB), do grupo Odebrecht<sup>6</sup>. A Salgema Indústrias Químicas S.A. foi vendida em leilão realizado em 5 de outubro de 1995, sendo que a maior parte das ações foi comprada pela EPB Empresas Petroquímicas do Brasil (grupo Odebrecht) e pela Copene (Companhia Petroquímica do Nordeste), que já dividiam o controle da Salgema com a estatal Petroquisa (grupo Petrobrás)<sup>7</sup>. Vendida em leilão realizado em 5 de outubro de 1995, a Companhia Química do Recôncavo (CQR) manteve como principal acionista a Salgema, estatal privatizada no mesmo ano e teve como principal comprador uma empresa estrangeira (*Apply Com. Empreend*)<sup>8</sup>.

A Pronor Petroquímica S.A. foi vendida em leilão realizado em 5 de dezembro de 1995, tendo como principal adquirente a Petroquímica da Bahia S.A (Grupo Mariani). No mesmo dia, a Nitrocarbono S.A. e a Companhia Brasileira de Poliuretanos (CBP) mantiveram como principal acionista a Pronor, também privatizada em 1995, e tiveram como

5 Empresa ligada ao Econômico assume Copene. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/8/16/brasil/20.html>

Odebrecht-Mariani leva Copene, sem ágio. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2607200123.htm>

6 CPC é vendida por R\$ 95,52 mi. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/30/brasil/12.html>

7 Governo vende ações da Salgema com ágio de 138%. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/06/brasil/34.html>

8 Não foram encontradas maiores informações sobre a empresa citada, por isso a mesma foi classificada como “Outros” na tabela 2.



principal comprador EPB Empresas Petroquímicas do Brasil (grupo Odebrecht) e a Atrium DTVM, respectivamente<sup>9</sup>. A Polipropileno S.A. e a Koppol Filmes S.A. foram vendidas em leilões realizados em 1 de fevereiro de 1996 e tiveram como principais adquirentes a Companhia Suzano e Suzano Resinas Petroquímicas Ltda, respectivamente. A Polibrasil S.A. Indústria e Comércio foi vendida em leilão realizado em 27 de agosto de 1996 e manteve como principal acionista a Polipropileno, estatal privatizada no mesmo ano, e foi adquirida pelo Consórcio Mega, composto por Hipart Participações Ltda.<sup>10</sup>, Ypiranga Química S.A. e Polipropileno S.A.<sup>11</sup>

A Deten Química S.A. foi vendida em leilão realizado em 22 de maio de 1996, tendo como principais adquirentes a UNA S.A Administração e Participações e Unipar (grupos Vila Velha e Odebrecht)<sup>12</sup>. E a Estireno do Nordeste (EDN) foi comprada pela Dow Química, empresa norte-americana do setor petroquímico, em leilão realizado em 26 de setembro de 1996.

**Tabela 1 - Estrutura do capital votante antes e depois da venda das empresas do setor petroquímico privatizadas entre 1995-2002**

Empresa	Acionistas	Anterior (%)	Posterior (%)
Copene	Outros	38,0	38,0
	Petroquisa	36,2	5,6
	Norquisa	25,7	36,4
	Reserva para o público	0,0	15,8
	Reserva para empregados	0,0	3,1
	Fundos de pensão	0,0	1,2
CPC	EPB	33,3	66,7
	Petroquisa	33,3	0,0
	Mitsubishi Chemical	19,0	19,0
	Nisso Iwai	14,3	14,3
Salgema	Copene	40,3	50,0
	EPB	36,5	50,0
	Petroquisa	23,2	0,0
CQR	Salgema	49,0	49,0
	Petroquisa	36,9	0,0
	Outros	14,1	14,1
	Apply	0,0	36,9

9 Não foram encontradas maiores informações sobre a empresa Atrium DTVM, por isso a mesma foi classificada como “Outros” na tabela 2.

10 Não foram encontradas maiores informações sobre a empresa Hipart Participações Ltda, por isso a mesma foi classificada como “Outros” na tabela 1.

11 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Programa Nacional de Desestatização. Relatório de Atividades. Rio de Janeiro, p. 34, 1996.

12 <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/12/15/brasil/16.html>

Empresa	Acionistas	Anterior (%)	Posterior (%)
Nitrocarbono	Pronor	57,9	80,2
	Petroquisa	24,6	0,0
	Petroquímica da Bahia	17,5	19,8
Pronor	Petroquímica da Bahia	50,0	99,3
	Petroquisa	49,3	0,0
CBP	Outros	0,7	0,7
	Pronor	73,6	73,6
	Petroquisa	23,7	0,0
	Outros	2,2	2,2
	BBM	0,5	0,5
Polipropileno	Atrium DTVM	0,0	23,7
	Petroquisa	42,9	0,0
	Cia. Suzano	30,0	72,9
	Cevokol	27,1	27,2
Koppol	SB Poliolefinas	49,6	49,6
	Petroquisa	49,6	0,0
	Ipiranga	0,4	0,4
	Polipropileno	0,4	0,4
	Suzano Resinas Petroquímicas Ltda.	0,0	49,6
	Outros acionistas	0,0	0,0
Deten	Petroquisa	35,4	28,3
	Unipar	35,3	35,3
	UMA	28,3	35,4
	Outros	1,0	1,0
Polibrasil	Shell (atualmente SB Poliolefinas)	25,7	25,7
	Petroquisa	25,7	0,0
	Polipropileno	47,5	63,9
	Ipiranga	1,1	1,5
	Hipart	0,0	8,9
EDN	Dow Química	26,7	53,5
	Petroquisa	26,7	0,0
	Novos Acionistas	23,7	23,7
	Massa Falida Cevokol	13,2	13,2
	Outros	9,7	9,7

Fonte: Relatório PND, BNDES, 2015. Elaboração própria.

Para realizar a identificação das frações de classe burguesa integrantes do bloco no poder que se beneficiaram diretamente da venda das empresas estatais do setor petroquímico durante os anos de 1995 e 2002 foram coletados dados sobre os adquirentes das ações das estatais fornecidos pelo Relatório do Programa Nacional de Desestatizações (2015) elaborado pelo BNDES (Tabela 1). As empresas que possuíam participação acionária nas

estatais analisadas antes e/ou após a realização dos leilões de privatização foram classificadas em Grande burguesia bancária, Grande burguesia industrial nacional e Grande burguesia industrial internacional. Estatais e suas subsidiárias, instituições controladas pelo governo federal e estadual foram classificadas como Estado; Instituições bancárias, fundos de pensão e investimento foram classificados como Grande burguesia bancária; empresas dos setores petroquímico, energia elétrica e financeiro de origem estrangeira foram classificados como Grande burguesia industrial internacional; Empresas dos setores petroquímico, energia elétrica e financeiro de origem nacional foram classificados como Grande burguesia industrial nacional e ações destinadas a funcionários das estatais e acionistas que não puderam ser identificados foram classificados como “Outros”, conforme mostrado na Tabela 2.

**Tabela 2 – Estrutura do capital votante antes e depois da venda das empresas do setor petroquímico privatizadas sob a perspectiva das frações de classe burguesa (%) - 1995-2002**

	Frações de classe burguesa									
	Estado		Grande burguesia bancária		Grande burguesia industrial internacional		Grande burguesia industrial nacional		Outros/Não identificados	
	AP	DP	AP	DP	AP	DP	AP	DP	AP	DP
<b>Copene</b>		5,6	0,0	1,2	0,0	0,0	25,7	36,4	38,0	56,9
<b>CPC</b>		0,0	0,0	0,0	33,3	33,3	33,3	66,7	0,0	0,0
<b>Salgema</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	0,0	0,0
<b>CQR</b>	0,0	0,0	0,0	36,9	0,0	0,0	85,9	49,0	14,1	14,1
<b>Nitrocarbono</b>		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	75,4	100,0	0,0	0,0
<b>Pronor</b>		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	99,3	0,7	0,7
<b>CBP</b>		0,0	0,0	23,7	0,0	0,0	73,6	73,6	2,7	2,7
<b>Polipropileno</b>		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	30,0	72,9	27,1	27,2
<b>Koppol</b>		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,4	100,0	0,0	0,0
<b>Deten</b>			0,0	0,0	0,0	0,0	35,3	35,3	29,3	36,4
<b>Polibrasil</b>		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	74,3	91,1	0,0	8,9
<b>EDN</b>		0,0	0,0	0,0	26,7	53,5	0,0	0,0	46,6	46,6

\* AP=Participação acionária antes da privatização

\* DP=Participação acionária depois da privatização

Fonte: elaboração própria com base em BNDES (2015)

A partir da Tabela 2, é possível observar a significativa perda de controle do Estado sob essas empresas e a apropriação da grande burguesia industrial nacional do patrimônio público através da aquisição das estatais. Observa-se, ainda, no interior da burguesia industrial nacional, a existência de uma concentração entre os principais compradores das estatais do setor petroquímico. Os grupos econômicos Suzano, Mariani e Odebrecht tiveram forte participação na compra das ações leiloadas no período. Através da compra

direta das ações ou por meio da participação acionária de outras empresas adquirentes, o grupo Suzano teve controle sobre a Copene, Polipropileno, Koppol e Polibrasil; o grupo Mariani teve controle sobre a Copene, Pronor, Nitrocarbono e CBP; e o grupo Odebrecht teve controle sobre a Copene, CPC, Salgema, CQR, Koppol, Deten e Polibrasil. Em 2020, a Braskem S.A., empresa criada em 2002 pela integração de seis empresas da Organização Odebrecht e do Grupo Mariani, é considerada no ranking elaborado pela Revista Exame (2022) a terceira maior empresa do setor petroquímico brasileiro, com uma receita de R\$39.914.394. A análise das empresas compradoras das estatais do setor petroquímico demonstra o predomínio das frações da grande burguesia industrial nacional sob o processo de apropriação do patrimônio público que ocorreu através da política de privatização realizada durante os anos de 1995 a 2002.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma formação social com predomínio do modo de produção capitalista, o Estado, além de ser a instituição que organiza os interesses da classe burguesa, também é o centro do exercício do poder político, local onde ocorrem disputas e conflitos. Entretanto, a classe burguesa, presença dominante no aparelho estatal, não se apresenta de forma uniforme: existem diferentes frações do capital com diferentes interesses, o que acaba levando à formação de um bloco no poder que reúne diferentes classes ou frações de classe dominantes. A partir disso, entende-se que as políticas executadas pelo Estado também são reflexos das relações de classe e do bloco de poder atuante em determinada conjuntura.

Com a chegada da ideologia neoliberal no Brasil durante o governo de Fernando Collor (1990-1992) houve uma mudança no papel do Estado brasileiro, de um Estado desenvolvimentista, ativo para estimular o desenvolvimento industrial, para um Estado regulador que defende a mínima intervenção estatal na atividade econômica. O avanço do neoliberalismo foi acompanhado pelo avanço do capital financeiro sobre as diferentes esferas da sociedade, inclusive sobre as políticas estatais. Apesar de ocupar posição hegemônica sobre as demais frações participantes do bloco no poder, ainda existem disputas por parte das demais frações para terem seus objetivos atendidos pelo Estado.

Desde então, inúmeras políticas implementadas pelo Estado brasileiro foram voltadas para beneficiar o bloco no poder: a precarização dos direitos sociais e trabalhistas, altas taxas de juros, austeridade fiscal, entre outras. Uma das mais relevantes é a política de privatizações representada no Programa Nacional de Desestatização (PND) criado em 1990. A análise das frações de capital compradoras das empresas estatais vendidas durante os anos de 1995 e 2002 revela que o Estado brasileiro perdeu o controle de grande parte do capital industrial construído desde da década de 1970.

Apesar da hegemonia do capital financeiro no bloco no poder vigente no período, a análise dos dados demonstra que o capital industrial ainda possui grande relevância e influência nas políticas estatais. O recorte estudado das privatizações das empresas estatais

do setor petroquímico realizadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso apresenta a grande burguesia industrial nacional como a principal beneficiária das privatizações do setor, especialmente os grupos econômicos Suzano, Mariani e Odebrecht. Grupos esses que, utilizando-se da estrutura e do patrimônio destas estatais, construídos desde a década de 1970, hoje se tornaram empresas altamente lucrativas e dominam o mercado petroquímico brasileiro.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Reformas neoliberais na América Latina. Aedos - **Revista do Corpo discente do PPG-História da UFRGS**. v.9, n.21, p. 31-56, dez. 2017.

BRASIL. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Programa Nacional de Desestatização**: Relatório de Atividades. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1991, 1995, 1996, 2015.

BRASIL. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Privatização Federais PND**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/Privatizacao-Federais-PND>. Acesso em: 31 mar. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 8.031, de 12 de abril de 1990**. Cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8031.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8031.html). Acesso em: 31 mar. 2022.

BOITO JR, Armando. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil. CAETANO, Gerardo (org.). **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: Editora CLACSO, 2006, p. 271-296.

BOITO JR, Armando. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia e Política**, [s. l.], n. 28, p. 57-73, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/YbjVShycwhW9mzrh5KzwJtK/?lang=pt>. Acesso em: 4 abr. 2024.

BOITO JR, Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR, Armando; GALVÃO, Andréia. **Política e classes sociais no Brasil nos anos**, 2012.

BOITO JR, Armando. Resenha da nova edição brasileira da obra de Nicos Poulantzas, Poder político e classes sociais. **Roteiro**, [s. l.], v. 45, p. 1-6, 2020. DOI: 10.18593/r.v45i0.23098. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23098>. Acesso em: 4 fev. 2022.

DINIZ, Eli. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações. **Política & Sociedade**, [s. l.], v. 9, n. 17, p. 101-139, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/15675>. Acesso em: 4 abr. 2024.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. Neoliberalismo y sectores dominantes. **Tendencias globales y experiencias nacionales**, [s. l.], v. 179, p. 206, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz. Economia, política e o bloco no poder no Brasil. **Bahia Análise & Dados**, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 147-173, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/bahiaanaliseedados/article/view/111>. Acesso em: 5 abr. 2024.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007.

IANONI, Marcus. Políticas públicas e Estado: o plano real. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [s. l.], n. 78, p. 143-183, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/zJXFW8TvZp35jQjQD7psypt/?lang=pt>. Acesso em: 4 abr. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de Contas Nacionais**, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais.html>. Acesso em: 5 abr. 2024.

MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, Goiânia, v. 13, n. 11, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48390>. Acesso em: 4 abr. 2024.

PAULINO, Luís Antônio. O Plano Real e os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002). In: PIRES, Marcos Cordeiro. **Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula**. Editora Saraiva: São Paulo, 2010.

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano. Marx e seu legado para a teoria contemporânea do Estado capitalista. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**, n. 70, p. 31-50, 2010.

PINTO, Eduardo Costa; BALANCO, Paulo. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 34, n. 1, p. 39-60, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/HqczKWkySfkGTmTdmGvKddR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 abr. 2024.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Tradução de Maria Leonor F. R. Loureiro e Danilo Enrico Martuscelli. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975.

REVISTA EXAME. **Maiores e Melhores 2021**, 2022. Disponível em: <https://exame.com/edicoes/melhores-maiores-2021/>. Acesso em: 5 abr. 2024.

RIBEIRO, Isabela Ramos. **Burguesia dependente, bloco no poder e a conformação da hegemonia no Brasil entre 2003 e 2018**. 2020. 254 f. il. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SAAD FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: uma análise marxista. **Marx e o Marxismo**, [s. l.], v. 3, n. 4, p. 58-72, jan./jun. 2015. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7190806/mod\\_resource/content/1/Saad%20Filho%20Neoliberalismo%20uma%20analise%20marxista.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7190806/mod_resource/content/1/Saad%20Filho%20Neoliberalismo%20uma%20analise%20marxista.pdf). Acesso em: 4 abr. 2024.

SAAD FILHO, Alfredo. Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo? **Crítica e sociedade**, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 6-19, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/14547>. Acesso em: 18 jul. 2021.

SAES, Décio. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. **Crítica Marxista**, [s. l.], v. 8, p. 46-66, 1998.

SAES, Décio. As frações da classe dominante no capitalismo: Uma reflexão teórica. *In*: PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura**: o que resta da transição. Editora Boitempo, 2015.

SALLUM JR, Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo social**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 23-47, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/dMdBtk3MtbcbJBkNqZWh48p/?lang=pt>. Acesso em: 4 abr. 2024.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e sociedade**, [s. l.], v. 21, n. spe, p. 909-941, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/WRPZxp3LrymkXcqsR6gmNXD/?lang=pt>. Acesso em: 4 abr. 2024.

(Recebido para publicação em 23 de dezembro de 2023)  
(Reapresentado em 26 de fevereiro de 2024)  
(Aprovado para publicação em 6 de março de 2024)